

## Contra as leis laborais de Sócrates Manifestação 5 de Junho Lisboa

Às 15h, do Marquês de Pombal aos Restauradores, em Lisboa, os trabalhadores vão manifestar-se mais uma vez contra as novas leis laborais que o governo pretende impor. Leis que agravam o Código do Trabalho de Bagão Félix impostas pelo governo PSD/CDS. Arrogante, José Sócrates afirma que, com ou sem acordo dos sindicatos, a nova legislação vai mesmo para a frente.



Há quem simpatize com o movimento de Maio de 68 por o considerar utópico e inofensivo. Mas Maio de 68 não foi um movimento utópico, foi um movimento derrotado, o que é muito diferente; e mesmo durante a fase inicial, restrita ao meio estudantil, a questão da exploração dos trabalhadores foi determinante. *páginas 8 a 10*

Mais trabalho precário com o novo código laboral. E mais lucros para o patronato.

*página 5*

Praxes académicas condenadas

*página 7*



# Cresce a pobreza

**P**ortugal é o país com mais desigualdade na distribuição de rendimentos no conjunto dos países da UE.

Em 2004, havia no nosso país 957 mil pessoas a viver com 10 euros por dia, das quais cerca de 230 mil com menos de 5 euros. A CGTP revela que, nos últimos três anos, não só subiu o número de desempregados como diminuiu o número de desempregados a receber subsídio de desemprego. Em 2006, 303 mil desempregados recebiam

prestações de desemprego, mas no início de 2008 esse número desceria para 259 mil, comprovando-se que a protecção social dos trabalhadores está a piorar.

Não para de aumentar o fosso que separa os ricos dos pobres. Os dois milhões de portugueses mais pobres têm apenas 7% do rendimento das famílias, enquanto os dois milhões mais ricos têm 45%.

Boas razões para que os protestos contra o governo se levantem por todo o país.

**Um milhão de pessoas vive com 10 euros por dia e 230 mil com menos de 5 euros**

## Francisco Martins Rodrigues

Francisco Martins Rodrigues não se limitou a ser anti-fascista é um militante comunista revolucionário que nunca perdeu a perspectiva da construção da sociedade socialista e do comunismo, isto é, da revolução o que implica o derrube do capitalismo. Este sabe reconhecer os seus inimigos daí o absoluto silêncio dos ditos órgãos de informação “democráticos e pluralistas”.

Na hora da despedida, continua presente, legou-nos um vasto espólio que não podemos descurar. É absolutamente necessário dar a conhecer o homem e a sua obra.

*António da Costa*

Francisco Martins Rodrigues será sempre uma referência essencial do campo anti-capitalista. Pela sua disponibilidade, pelo seu espírito de combate e pela sua seriedade. E todas as divergências que nos afastaram, do ponto de vista orgânico, não anulam a imensa admiração que nos provocava. Tudo isto parte integrante de um carácter eivado de profunda humanidade e desprendimento. Nesse sentido, a sua partida física não belisca em nada a permanente presença pelo que lhe devemos!

*António Pinho*



## Os Avaliadores

As chefias da Administração Pública foram nos últimos anos colonizados por uma avalanche de comissários políticos de uma forma sem igual nos mais de trinta anos que já leva o regime dito democrático. Em comum, estas pessoas têm pelo menos, duas coisas: a obediência cega ao governo e a mania da avaliação. (...)

Como todos os noviços, mal tomaram ordens, apressaram-se a assumir as suas funções de avaliadores. Do pessoal claro e do seu desempenho. O resto não se avalia ou porque o patrão não gosta ou porque pode dar uma má imagem do país. Vai daí, toca a elaborar grelhas e mais grelhas a definir metas e objectivos. E na feitura dessas grelhas de avaliação de funcionários se aplicam nas intermináveis reuniões com que preenchem o seu dia de trabalho. O único fim das grelhas e do pseudo-planeamento que fazem é obviamente o de coagir os funcionários.

Raras vezes mostram os documentos que elaboram. (...) Mas às vezes a coisa sai cá para fora e chega até à comunicação social e

ai estoura a bronca. Dou só dois exemplos para não maçar o leitor. O director da ASAE meteu os pés pelas mãos ao tentar negar que tinham sido definidos objectivos para os seus inspectores que passavam pelo número de autos levantados e de detenções a efectuar anualmente. Nem com a circular interna escarrapachada à frente dos seus olhos na Televisão conseguiu confessar.

Hoje, menos de duas semanas transcorridas, e confrontado com novos dados assistimos ao ridículo de vê-lo desmentir-se a si mesmo em directo no Jornal da Tarde da SIC. (...)

O segundo exemplo (...) vem da área da Saúde. A Dr.<sup>a</sup> Manuela Peleteiro, a novel gestora do Agrupamento de Centros de Saúde de Sete-Rios, Alvalade, Benfica e Lumiar na ânsia de criar uma grelha de avaliação dos médicos, ao gosto dos chefes que a nomearam, resolveu entrar na contabilidade também com os dias de greve dos clínicos.

Mal foi denunciado o caso toca de atabalhoadamente desmentir. Negou que essa avaliação fosse uma avaliação. (...)

Dr.<sup>a</sup> Manuela Peleteiro porque não

se dedica antes a procurar no seu agrupamento os arquivos de papelão onde crescem bolores ou as unidades de saúde dentro do seu Agrupamento que não cumprem a lei em matéria de resíduos e controle de infecção? Ou mais importante até. Porque não manda os seus serviços denunciar junto das entidades competentes as tristes situações de insalubridade que se verificam nos Bairros Sociais onde intervêm os técnicos do seu Agrupamento de Centros de Saúde? É só perguntar e depois ter a coragem de mandar uns faxes ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Olhe que não custa nada. Mas construir grelhas sobre o desempenho dos funcionários é mais fácil não é? Deviam os dois ter vergonha.

*Ismael Pires*

## Comunicar é preciso

Um jornal é um veículo de comunicação, sendo que o objecto de toda a comunicação é a transmissão de uma mensagem.

Um jornal popular deve ter como objectivo transmitir a sua mensagem ideológica ao seu público: o povo. Não o povo no seu todo, mas uma parte específica do povo: as grandes massas de trabalhadores - operários, camponeses e o vasto número de empregados de serviços que intergram o proletariado.

Ao analisar a constituição da sociedade mais fácil se torna demonstrar não ser essa sociedade formada por um todo uniforme mas

sim um aglomerado de classes cujos interesses antagónicos os coloca em confronto.

Deste facto resulta a necessidade da tomada de consciência das classes trabalhadoras da sua condição de exploradas para poderem unir forças e criarem as condições de luta que lhes possibilitem sair da dependência em que se encontram.

E que melhor barricada que um jornal de classe - onde todos os trabalhadores se unissem, comunicassem entre si, fizessem propostas de luta?

Permito-me fazer uma proposta: 1. Deixar de pagar os jornais do grande capital para ficarmos livres de intoxicação e mais aptos a praticar o tão importante livre arbítrio; 2. Subscrever o jornal Mudar de Vida.

Porque Mudar de Vida é preciso. Contra a globalização do capital, união global dos trabalhadores.

*Heitor da Silva*

## Política de barbárie

Não há escassez de cereais no mundo. Há excesso! Os EUA e a União Europeia há muito trabalham em cartel par aumentar o preço na produção. Em 1970 os EUA destruíram milhões de toneladas e a UE pagou - como a Portugal - para acabar com a agricultura alimentar. A crescente e catastrófica fome no mundo é a consequência da política de barbárie e ganância da globalização desumana capitalista.

### MUDAR DE VIDA

**Redacção** Cristina Meneses, José Mário Branco, M. Gouveia, Manuel Raposo, Pedro Goulart **Colaboradores** Cândido Guedes, Carlos Simões, Eugénio Silva, Chico Peixoto, João Bernardo, Manuel Monteiro, Renato Teixeira, Rita Moura, Rui Pereira, Urbano de Campos **Cartune** Manuel da Palma **Site** David Raposo

Apartado 75066 EC Calçada de Carriche 1750-999 Lisboa  
jornalmudardevida@gmail.com www.jornalmudardevida.net

**Assinaturas:** 1 ano (12 números): Donativo mínimo 15 € / Apoio, o mais possível

# Homenagem

Na madrugada do dia 22 de Abril faleceu Francisco Martins Rodrigues, em consequência de doença incurável. Muitas dezenas de pessoas estiveram presentes, no dia seguinte, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, onde o corpo foi cremado, prestando homenagem ao comunista, ao combatente, ao amigo. No dia primeiro de Maio realizou-se em Lisboa, na Associação Abril em Maio, uma sessão de homenagem em que a sua pessoa e a sua vida de militante foram evocadas.

O Colectivo Mudar de Vida publicou, na edição electrónica do nosso jornal, a nota que a seguir se transcreve.

Francisco Martins Rodrigues iniciou a sua militância política no Partido Comunista Português na década de 1940. Rompeu com a direcção de Álvaro Cunhal em 1963, quando era membro do comité central, depois de uma progressiva e irreconciliável divergência com a estratégia de unidade antifascista.

A linha de Cunhal para o derrube da ditadura e contra a guerra colonial – venceu Martins Rodrigues – colocou o proletariado a reboque da oposição democrática burguesa e pequeno-burguesa, comprometendo a independência política das classes trabalhadoras portuguesas. Com um pequeno grupo de outros militantes, fundou então o Comité Marxista-Leninista Português e, com isso, a corrente marxista-leninista em Portugal.

Um dos traços marcantes desta ruptura foi a



perspectiva de classe que introduziu na análise da sociedade contemporânea portuguesa, fazendo assentar aí o rumo político da acção dos comunistas revolucionários. Os seis números da revista clandestina *Revolução Popular*, publicados antes da sua prisão em 1965, têm deste ponto de vista o valor de documentos históricos.

Francisco Martins Rodrigues fez ver que sem independência política o proletariado não pode realizar os seus interesses de classe; e que deve, portanto, procurar ganhar hegemonia no processo de luta de massas – quer contra a ditadura de Salazar, quer já em regime democrático. Foi esse também o sentido essencial dos textos mais importantes que publicou ao longo de 23 anos na revista *Política Operária*.

Este seu legado marcou profundamente não só aqueles que o acompanharam nas organizações que ele fundou mas igualmente os que pretenderam prosseguir noutras organizações e com outras orientações o combate contra o capitalismo.

A pessoa e o nome de Francisco Martins Rodrigues são indissociáveis do movimento anticapitalista em Portugal.

22 de Abril de 2008 **Colectivo Mudar de Vida**

## É só fumaça?

**Socrates desculpa-se com as mesmas palavras que usa para justificar a violação das promessas eleitorais**

À primeira vista, o incidente do cigarro de Sócrates não merece mais que um título “Se fumar mata, o ridículo também”.

Mas vejamos: houve uma denúncia sobre esta prevaricação do primeiro-ministro. Houve alarde em toda a comunicação social. Sócrates fez uma contrição pública. Não serão alarmantes sintomas de que estamos numa sociedade vigiada, hipócrita e moralista? E de que o exercício público da política está a ser intencional e subrepticamente substituído por uma cultura telenovelasca para desviar a atenção dos cidadãos dos verdadeiros problemas e assim os reduzir a espectadores passivos de uma mediocre farsa, encenada para

esconder a tragédia que se passa nos bastidores e de que eles são as vítimas?

As palavras de Sócrates neste episódio, não nos fazem lembrar nada?

“Estava convencido de que não estava a violar nenhuma lei nem nenhum regulamento. Lamento e peço desculpa, não voltará acontecer”. São as mesmas palavras que utiliza para justificar a violação das promessas eleitorais: quando as fez “estava convencido de que era outro o estado real do país”. Enganou os eleitores (ainda não pediu desculpa mas lá chegaremos) e agora promete que não voltará a acontecer.

Quando faz promessas sobre a sua vida privada (“Decidi deixar de fumar”), encolhemos os ombros e pensamos: “Não temos nada com isso. Nem sequer é possível fiscalizar o cumprimento da promessa. E nada acontece se a não cumprir”.

Damos por nós a achar bem que alguém se tenha lembrado de fazer queixa do primeiro-ministro, neste país de polícias e ladrões. Damos por nós a achar bem que a comunicação social ocupe tanto espaço e tempo com este assunto para que fiquemos bem informados sobre os nossos governantes. Damos por nós a discutir se ele deve ou não pagar multa, imbuídos de respeito pelas leis. E até damos por nós a simpatizar com este seu “rosto humano” de quem viola regras por um pequeno prazer e, qual menino de coro apanhado em falta, pede desculpa e promete não mais voltar a pecar!

“Este episódio despertou-me para o facto de os fumadores, inconscientemente, poderem violar leis e regulamentos que desconhecem”, disse. E a nós? o que é que nos desperta?

Enquanto a maioria, inconscientemente, se deixa levar em brincadeiras, há uma minoria que não brinca em serviço. Com ou sem fumaça.

**M. Gouveia**

## Os jovens

Final, o desinteresse dos jovens pela política, que tanto incomodou Cavaco Silva, era fácil de resolver. Bastou um encontro no Palácio de Belém com uns quantos dirigentes das “jotas” do leque partidário, mais uns escuteiros, para que o PR se mostrasse “confiante quanto ao futuro do sistema democrático”, uma vez que os ditos dirigentes – todos eles, como se calcula, perfeitos representantes da juventude sem trabalho, com empregos precários, excluída das escolas, vivendo em bairros de lata – lhe prometeram contribuir para a “melhoria da qualidade” do sistema político. O mesmo Cavaco foi o homem do slogan “Deixem-nos trabalhar”, quando primeiro-ministro na década de 85-95, significando com isso “não se metam em política”, “o trabalho é que nos une”. A frase alimentou numa campanha da direita para cortar os últimos laços que ainda pudessem ligar as jovens gerações de então à herança combativa dos anos de 74-75. A mensagem era clara: os ideais fracassaram – trabalhem e não pensem, se querem ter futuro. Vinte anos depois, com ou sem trabalho, não há futuro. Muitos jovens, e não jovens, não votam, abominam os partidos, desprezam os políticos de carreira, em quem vêem gente corrompida, representantes de interesses próprios e mandatários dos donos do país. Esta evidência ganha raízes na consciência de muita gente; e é aí que Cavaco vê o “perigo para a democracia”: o regime perde dia-a-dia legitimidade aos olhos da população. A aversão à política do regime – é essa a questão – é um primeiro sinal de quem busca uma outra democracia que mereça o nome. Secundado pelo sim-sim dos partidos regimentais, Cavaco tenta travar o descrédito do sistema. Mas o que tem para vender não passa do já visto: partidos situacionistas, políticos venais, governos reverentes ao capital, gestores milionários, corrupção sem freio, liberdades policiadas... – e, no reverso, meio milhão de desempregados e dois milhões de pobres. Jovens e todos mais: deixem-nos a falar sozinhos.

# A política de imigração segue uma lógica neocolonial

Entrevista com José Falcão, da direcção do SOS Racismo

**O que é o “Registo Prévio Obrigatório para a Legalização de Imigrantes” que começou recentemente?**

Aplica-se a todos os imigrantes que não se enquadram nas figuras jurídicas de reagrupamento familiar, ascendente, descendente, etc. É uma forma suave de aplicar e controlar o evoluir das quotas. É também uma forma de impedir processos extraordinários de regularização.

**O que pretende o Governo com esta medida?**

Deixar o ónus da regularização aos imigrantes. Retirar a responsabilidade política do governo na resolução dos problemas de “clandestinidade” e de vulnerabilidade jurídica a que eles estão remetidos. Isto impede muita gente de se regularizar, porque os irregulares quase nunca irão procurar as autoridades com medo de serem expulsos

**E quanto às taxas que os imigrantes têm de pagar para se legalizarem?**

São outra forma de extorquir dinheiro. É a matriz mercantilista das políticas de imigração. Esta discriminação ilustra também que nunca a política de imigração assentou no princípio universalista da prestação do serviço público.

**Que pensas da legislação europeia para a imigração?**

Tem servido apenas para manter, na Europa, milhões de pessoas sem direitos. É de uma hipocrisia total, porque sabemos que esses milhões de pessoas têm de vir, porque a Europa precisa da imigração e portanto tem de a provocar. Em vez de os mandar embora, devíamos ir buscá-los. As atitudes demagógicas e hipócritas só fazem com que eles tenham de vir de barcaças, num genocídio completo.

**Portanto há uma grande mentira nisto tudo?**

A ideologia dominante difunde a ideia de que estamos a acolher uns pobres-diabos que não conseguem sobreviver na sua terra e que a gente faz o que pode para os receber e ajudar. A verdade é que há uma economia que precisa de

mão de obra escravizada.

**E como é que provoca essa imigração?**

Apoiando ditadores, fomentando guerras, pilhando as matérias primas, dificultando ao máximo a resolução de epidemias gravíssimas. É nesse sentido que se pode dizer que a política de imigração está submetida a uma lógica neocolonial.

**Não te dizem que isso é teoria da conspiração?**

Dizem. Mas então que expliquem porque é que tanto dinheiro que vai para África não resolve os problemas e os obriga a emigrar. O dinheiro vai para os corruptos? Quem é que o dá? É exactamente para que não se resolvam os problemas e para que as pessoas continuem a vir para a Europa.

**O que foram as Autorizações de Permanência?**

Como os imigrantes estavam ilegais, as empresas também. Então arranjaram um subterfúgio para – legalizando 200 mil pessoas que não podiam ir buscar vistos aos seus países – legalizarem cerca de 30 mil empresas.

Mas a lei continua a dificultar que os imigrantes trabalhem com regalias, com direitos. As leis servem para não os legalizar, para manter os preços baixos, mantê-los calados, alimentar as máfias.

**Que relação há entre os 500 mil imigrantes e os 500 mil desempregados?**

A questão não tem a ver com falta de emprego, de trabalho. Tem a ver com o modelo económico. Está implantado um sistema de sobre-exploração dos trabalhadores portugueses e dos imigrantes. Temos mais de um milhão de trabalhadores precários, com contratos a prazo, recibos verdes. E, ao mesmo tempo, temos cerca de 5 milhões lá fora.

**Os imigrantes têm formas de se organizarem? E isso significa uma politização?**

Nos últimos 10 anos houve um grande desenvolvimento do movimento associativo. Apesar de todas as dificuldades – porque a maioria das associações não tem sede, nem telefone, nem fax – os



imigrantes vão tendo compreensão dos seus problemas e direitos, através do debate, das publicações. Aparecem novas caras, de gente jovem e isso é importante.

**Isso reflecte-se nas empresas, nas situações de trabalho?**

Não muito, porque toda a gente está precarizada. Se o trabalhador português já o está, o imigrante está duas vezes precarizado. Agora há mais debate, mas as empresas também têm mais poder para precarizar as pessoas.

**E os partidos?**

Os fluxos migratórios alimentam máfias que disputam o primeiro lugar do ranking mundial da movimentação de dinheiros. Como as guerras e os interesses económicos à volta do armamento e das drogas, também a emigração provoca quedas e eleições de governos. Os partidos estão sempre a pensar no que dá votos e no que faz perder votos. É como colar o problema da imigração com a segurança. Tantas vezes é repetido... que também serve para ganhar ou perder eleições. O imigrante serve para tudo. Serve para estar aqui sem direitos e para ser explorado.

**Quanto aos direitos políticos dos imigrantes; o direito de voto nas eleições?**

É uma questão muito importante. O problema é que, com mais 500 mil pessoas a votar, tem de se conseguir enganar mais 500 mil!

**José Mário Branco**

## BREVES

### Anonimato, porquê?

O contrato de exploração do Terminal de Contentores de Alcântara foi prorrogado por mais 27 anos e meio sem concurso público. Juristas contactados pelo *Público* afirmaram que a extensão do contrato “pode valer mais do que o contrato original” e que, assim, “nada permite nem justifica que não seja submetida à concorrência”. Estas afirmações foram proferidas sob anonimato. É a segunda vez que os especialistas consultados pela imprensa recorrem ao anonimato para comentarem notícias relacionadas com a Mota-Engil desde que Jorge Coelho foi contratado para a sua administração.

### Os números falam

O *Diário de Notícias* de 20 de Maio dá conta de que 25 novos hospitais privados vão abrir no país até 2009. Na forja está ainda a regulamentação das Casas da Saúde que englobam a prestação de cuidados continuados e que se prevê venham a instalar-se nas capitais de distrito (22 no total). Nesta corrida às privadas muitos médicos abandonarão os hospitais do Estado, calculando-se que dentro de 3-4 anos falem médicos nos serviços públicos de saúde. Os números aí estão para desfazer quaisquer dúvidas que existissem sobre o propósito do governo, na linha dos anteriores, de entregar o negócio da doença nas mãos de capitais privados,

### Queixa colectiva contra a polícia

Um grupo de 32 cidadãos apresentou queixa na Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) contra o tratamento brutal de que foram alvo por parte da polícia quando, no passado dia 8 de Fevereiro, resistiam pacificamente ao fecho do Grémio Lisbonense, em Lisboa. A Lusa esteve presente na conferência de imprensa que anunciou esta iniciativa, mas praticamente nada passou para os médias dominantes. Trata-se, ao que sabemos, da primeira queixa colectiva deste género.

## BREVES

## “Populismo” não

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, disse que não cederia a “medidas populistas” e por isso não baixaria os preços dos combustíveis. Quis ele dizer, atendendo à alta contínua dos preços que se tem verificado (já por 18 vezes desde início do ano), que nada fará para controlar o custo dos transportes, do gás, da electricidade, do pão, do leite, da carne e de tudo o que directa ou indirectamente depende dos preços do petróleo. Portanto, baixar ou sequer controlar os preços de bens essenciais para aliviar um pouco os mais pobres – isso é “populismo”. Estamos entendidos. Os 25% de crianças portuguesas que vivem na pobreza percebem perfeitamente.

## Falta de margem

Na mesma altura em que o ministro das Finanças se negava a travar a alta dos preços dos combustíveis, o presidente da Galp anunciava 175 milhões de euros de lucro no primeiro trimestre do ano, mais 23% que no mesmo período do ano anterior, e declarava não haver margem para baixar os preços.

## No bom caminho

Esta a ideia expressa por um Sócrates cheio de bazófia, depois de saber que o desemprego diminuíra umas décimas no primeiro trimestre de 2008, em relação ao ano anterior. Talvez tentando disfarçar a diminuição (de 2,2 para 1,5%) do crescimento económico, que o seu governo acabara de reconhecer. O que Sócrates não disse foi que grande parte dessa diminuição de desemprego se deveu ao aumento do trabalho precário, o que denuncia mais desemprego. Também não disse que, entre 2005 e 2007, o número de desempregados a receber subsídios de desemprego, segundo o INE, passou de 72 para 56% do total dos desempregados. Particularmente afectados pela falta dos subsídios estão as pessoas com menos de 30 anos e os desempregados com mais de 45 anos.

# Mais trabalho precário com o novo código laboral

## E aumento dos lucros dos patrões

Como se esperava, na linha daquilo que tem sido a política do governo de José Sócrates e na continuidade da orientação resultante do Livro Branco das Relações Laborais, as normas e as alterações ao Código do Trabalho que o PS pretende fazer passar na Assembleia da República são, no essencial, favoráveis aos interesses do patronato e lesivas dos interesses das classes trabalhadoras.

Já em Fevereiro deste ano, no MV5, alertávamos contra o que aí vinha de mau para quem trabalha, nomeadamente no domínio dos despedimentos, da flexibilização e da contratação colectiva.

A propósito destas alterações, e como forma de as justificar, António Vitorino, destacado elemento do PS, declarava à RTP 1 que são necessários “sacrifícios repartidos”. É habitual aos homens de mão do capital usarem estas parlapatices para enganar os tolos. Mas não serão, certamente, algumas pequenas melhorias (por exemplo, as condições de tempo e remuneração das licenças de parentalidade) atribuídas pelo governo aos trabalhadores na legislação laboral em discussão que os farão distrair do essencial que está em causa – a necessidade de estabilidade de

emprego, de um salário que lhes permita viver sem o espectro diário da fome e de um horário de trabalho compatível com a sua vida social e familiar.

Um caso grave nas propostas da “Reforma das Relações Laborais” é o da possibilidade de despedimento do trabalhador por inadaptação funcional. Aqui abrem-se as portas a uma maior precarização do trabalho, estendendo-a à generalidade dos trabalhadores e ficando estes, assim, ainda mais dependentes do arbítrio patronal.

A flexibilização do tempo de trabalho, preconizada pelo patronato e proposta pelo governo, é outra medida que visa reduzir os custos do trabalho. Os “bancos de horas” e os “horários concentrados” desregulam o horário de trabalho, com graves prejuízos para a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, retirando-lhes ainda parte do valor a receber, eventualmente, em horas extraordinárias, por vezes bem necessário a quem recebe baixos salários.

Também sob o pretexto de promover a competitividade e o emprego (e parecendo que o governo não se preocupa neste caso com as “dificuldades finan-



ceiras futuras da Segurança Social!), na “Reforma das Relações Laborais”, o governo está disposto a conceder várias benesses ao patronato, retirando à Segurança Social centenas de milhões de euros anuais. Isto, à custa das miseráveis pensões de reforma dos trabalhadores e do fraco apoio dado aos desempregados.

Contrariamente ao palavreado hipócrita do governo, a “Reforma das Relações Laborais”, se for aprovada, trará maiores lucros ao capital, produzirá mais uns milhares dos “falsos recibos verdes” e, a prazo, conduzirá a generalidade dos trabalhadores à precarização.

**Pedro Goulart**

## “Inadaptação”

### Alçapão para os despedimentos

Bem podem os patrões queixar-se de que a montanha pariu um rato e de que todas as promessas de “flexi-segurança” se reduziram à figura jurídica do despedimento por inadaptação a inovações tecnológicas. Representam desse modo aquela rábula sacramental dos descontentes, que não investem porque não lhes dão condições e que fariam desta economia um oásis de prosperidade se em tudo obtivessem satisfação.

Rábulas à parte, os patrões sabem muito bem que Sócrates logo que puder, talvez depois de novo mandato eleitoral, encontrará maneira de lhes dar novos recursos

para libérrimos despedimentos; e que, por agora, deverão contentar-se com esta da “inadaptação”, o que já não é nada mau.

Bem pode Vieira da Silva, de cada vez que se vira para os sindicatos e para as bancadas da esquerda, jurar a pés juntos que a “inadaptação” é mesmo uma circunstância muito específica e que só se verificará em casos excepcionais. Cansados estamos todos de saber como estas coisas funcionam, desde o tempo em que Salazar inventou uma Constituição (1933) com amplas liberdades e garantias consagradas no artigo 8.º, e, acto contínuo, reduzidas a zero pelo

parágrafo 1.º desse artigo – alçapão que definia as excepções à regra e que em breve se tornou a regra sem excepção daquele fascismo hipócrita e jesuítico.

E cansados estamos também de saber como estes neoliberais aprenderam o seu cinismo pela cartilha salazarista. Ou não fosse o Estado-patrão o maior abusador dos falsos recibos verdes e dos falsos contratos a termo. Anunciam-se agora, num horizonte próximo, as falsas inadaptações – com a particularidade de que os falsos recibos verdes servem para criar trabalho precário e as falsas inadaptações servem para destruir trabalho estável, uma coisa alimentando a outra.

Contra a “flexi-segurança”, é já aqui, neste ponto crítico, que a política do governo deve ser travada.

**António Louçã**

# Desigualdade pobreza e exploração

Segundo um relatório da União Europeia, Portugal é o país com mais desigualdade na distribuição de rendimentos no conjunto dos 25 países da Comunidade. Em 2004, havia em Portugal 957 mil pessoas a viver com 10 euros por dia, entre as quais cerca de 230 mil com menos de 5 euros. E também há as notórias desigualdades internas entre regiões e entre homens e mulheres. Ora, por aquilo que se conhece no que respeita ao agravamento do fosso que separa ricos de pobres em Portugal, de

2004 para cá a situação ainda deve estar bem pior.

Outra coisa não seria de esperar, visto se ter vindo a agravar desde 1975, por obra dos diversos governos da burguesia (PS, PSD e CDS), a repartição dos rendimentos, inicialmente de 50% para o capital e 50% para o trabalho e sendo agora de 60% a favor do capital e 40% a favor do trabalho. Isto é, em Portugal agravou-se progressivamente a taxa de exploração do trabalho.

Por outro lado, num estudo recente, coordenado por Alfredo Bruto da

Costa, "Olhar Sobre a Pobreza em Portugal", verifica-se que dos 52,4% de agregados pobres cuja principal fonte de rendimento é o trabalho, cerca de 40% trabalham por conta de outrem; e que os pensionistas representam 38%. O estudo afirma que, no país, há insuficiência dos rendimentos do trabalho e ineficácia das transferências sociais, concluindo que "a pobreza configura uma situação de negação de direitos humanos fundamentais".

**Pedro Goulart**

## Greve na Cervejeira Cintra

Os operários, na maioria jovens, concentraram-se em protesto na entrada da empresa

Os trabalhadores da cervejeira Cintra, em Santarém, estiveram em greve de três horas por turno, em 30 de Abril, protestando contra a falta de actualização salarial desde há sete anos e contra a insegurança dos postos de trabalho. A greve respondeu também à interrupção, pelos patrões, da negociação do Acordo Colectivo de Empresa, que estava em curso.

A administração diz não compreender a greve, atirando com o argumento de que, em Setembro de 2007, houve aumentos de 35 euros por trabalhador.

Simplesmente, como explicam os

operários, esse acréscimo foi dado à conta de bónus, não entrando portanto para o cálculo de eventuais aumentos. E apontam ainda o facto de haver grandes diferenças salariais, nomeadamente no que se refere a alguns funcionários administrativos. Entretanto, cartas de despedimento foram enviadas a vários trabalhadores com contrato a termo.

A paralisação do dia 30 começou com uma concentração de protesto de uns 50 operários do turno da manhã frente à entrada da fábrica. Na maioria jovens, os trabalhadores – actualmente num total de 135 – dispõem-se a exigir audiências ao

governo. Mas também exigem saber a posição da Câmara Municipal de Santarém que vendeu o terreno da fábrica a Sousa Cintra por um preço simbólico e construiu os acessos viários e a rede de saneamento, com o argumento de que o investimento beneficiaria o concelho. Não querendo saber disso, Sousa Cintra desfez-se da fábrica em 2006, vendendo-a a um outro empresário. As promessas de investimentos, como vem sendo usual, ficaram-se pelas palavras, passando a empresa, pelo contrário, a encomendar fora vários dos seus serviços.

**P. Goulart / U. de Campos**

## Globalização da fome

Debate promovido pela Tertúlia Liberdade

Realizou-se em Maio na Associação Cultural Crew Hassan um profícuo debate sobre o tema, que envolveu a generalidade dos participantes, depois das intervenções iniciais de José Luís Félix, Pedro Goulart e Pedro Gomes.

O debate sublinhou que a grande divulgação do tema actualmente levada a cabo pelos média ocidentais se deve, sobretudo, a que a fome está hoje a chegar em maior escala aos próprios centros imperialistas. E as classes dominantes receiam que as marchas da fome e os conflitos violentos se estendam até cá. Foi, igualmente,

salientado que a causa fundamental da escalada dos preços e da crise aparece habitualmente distorcida pelos média.

Não foi menosprezado o nefando papel dos especuladores profissionais, dos fundos de risco e dos fundos de pensões na presente escalada de preços. Mas as atenções concentraram-se no FMI (Fundo Monetário Internacional), no Banco Mundial e na OMC (Organização Mundial de Comércio) que, pelas suas orientações/imposições, conduziram à abertura das fronteiras dos países pobres a importações de

cereais altamente subsidiados (provenientes dos países ricos) e a agricultura destes países a monoculturas de exportação, liquidando diversas economias de subsistência. Também foram referidos os cortes na produção para manter os preços elevados. Mais, as multinacionais agro-industriais têm hoje um papel determinante na agricultura, a nível mundial. No fundo, esteve bem presente no debate que o capitalismo é o grande responsável por toda esta grave situação que hoje vivemos.

**Pedro Goulart**

### BREVES

#### Lei laboral: para pior, não

Manifestantes provenientes dos vários distritos do país, abrangendo o sector público e o sector privado, desfilarão dia 16 no Porto e dia 17 em Lisboa protestando contra as propostas legislativas do governo para agravar o Código de Trabalho. Mas os protestos abrangiam muitos outros problemas que afectam a vida diária dos trabalhadores e do povo. Como, por exemplo, o que constava do cartaz: "Estamos a ser roubados nos salários e nos preços". As manifestações, promovidas pela CGTP, mobilizaram dezenas de milhares de trabalhadores.

#### Despedimentos na Lusosider

Mais de 50 operários da Lusosider – empresa metalúrgica de Paio Pires, Seixal – são alvo de um processo de despedimento colectivo até ao fim do mês. A Lusosider vai assim despedir 20% dos seus trabalhadores sob o pretexto de encerramento da unidade de laminados a frio. Já em 2007 despedira cerca de 100 trabalhadores, apesar de anteriormente ter manifestado a vontade de investir no sector, o que não fez. Os trabalhadores, com idades entre 25 e 53 anos, manifestam grande preocupação quanto ao seu futuro.

#### Estão bem uns para os outros

Os que decidiram homenagear Durão Barroso, um dos criminosos da guerra do Iraque, entregando-lhe a chave da cidade de Lisboa; ou os que aprovaram (ou deixaram passar) o voto de pesar na Assembleia da República pela morte do cônego Melo, um reconhecido terrorista e confesso representante da direita mais reaccionária – estão bem uns para os outros. É neles que temos de ver os responsáveis pelos tempos sombrios que vivemos hoje em Portugal.

## BREVES

## Mais desemprego e menos protecção social

Nos últimos três anos subiu o número de desempregados e ao mesmo tempo diminuiu o número de desempregados com subsídio de desemprego, diz um estudo da CGTP. Prova-se, assim, que a protecção social dos trabalhadores está a piorar. Em 2006 cerca de 303 mil desempregados recebiam prestações de desemprego, mas no início de 2008 esse número descera para 259 mil. Comparando o número de beneficiários de prestações de desemprego com o número de desempregados apurados pelo Instituto Nacional de Estatística, verifica-se que a taxa de cobertura, apenas num ano, desceu de 53,6% em 2006 para 44,1% em 2007.

## Não se pode exterminá-los?

A EDP, uma empresa de serviço público, cumpre à risca as regras do capitalismo mais coerente. Aumento para os trabalhadores: 1,8%. Aumento para os administradores: 118%. Não, não é engano: cento e dezoito por cento! Com ar de gozo – um gozo criminoso, tendo em conta os aumentos miseráveis dos trabalhadores e as dificuldades de sobrevivência da grande maioria da população – o presidente da administração, António Mexia, declarou, quando interpelado pelos jornalistas: “Sobre o aumento de 118%? Não me queixo...”.

## Professores voltam à rua

A Plataforma Sindical dos Professores promoveu, a 17 de Maio, manifestações regionais em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Faro integradas num protesto nacional. Entre as várias exigências dos professores figuram a defesa da escola pública, serviços públicos de qualidade para todos e condições de trabalho dignas.

# “O outro lado da moda” (\*)

500 despedimentos no sector têxtil de Barcelos no primeiro trimestre deste ano

Em Abril, duas empresas têxteis de Barcelos dos mesmos patrões, a Vilor e a Lor & Lor, fecharam as portas mandando para o desemprego 67 e 33 trabalhadores. Também a Districelus e a JSL fecharam e despediram 20 trabalhadores cada uma.

Invocando “falta de condições para laborar”, os patrões das duas primeiras anteciparam as férias dos trabalhadores para não os ter por perto quando fosse anunciado o encerramento. De acordo com o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, os trabalhadores da Vilor não receberam nem o subsídio de férias nem o salário do mês de Abril recebendo o mês de Março com cheques pré-datados para o final de Abril. Na Lor & Lor, os pagamentos vinham a ser feitos com atraso e os trabalhadores foram mandados embora sem receber o mês de Março, como se de um despedimento colectivo se tratasse, à margem da lei, sem pré-aviso.

A imprensa regional refere que no primeiro trimestre de 2008 os despedimentos no sector têxtil no concelho de Barcelos atingiram 500 trabalhadores. Trinta empresas, metade das quais têxteis, fecharam portas desde Janeiro. No concelho existem actualmente mais de 5 mil desempregados, a maioria do têxtil. Estes trabalhadores, na maior parte pagos pelo salário mínimo,



quando despedidos ficam com graves problemas de sobrevivência.

As expectativas criadas pelo governo em torno de um “Plano Estratégico” para o Vale do Ave, do ex-ministro da Economia Daniel Bessa, só têm contribuído para iludir os trabalhadores com “soluções” que não funcionam e para entravar a acção sindical. Todos esses “planos” esbarram numa razão simples: os patrões não mantêm empresas abertas se elas não lhes derem o máximo lucro possível – é essa a condição exigida por eles para laborar.

Para os trabalhadores importa defender as condições de vida. Para isso, a acção sindical deve

desenvolver-se não apenas para remediar os males dos despedimentos consumados, mas para organizar os trabalhadores criando condições para não serem apanhados desprevenidos e terem maior capacidade de resistência. As condições políticas de hoje são adversas. Mesmo assim, vale a pena lembrar os exemplos em que os operários ocuparam empresas em crise para defenderem os postos de trabalho, casos vividos depois do 25 de Abril de 1974, designadamente no sector têxtil. A resignação e o silêncio não são as únicas saídas.

**Urbano de Campos**

(\*) Slogan da empresa têxtil Vilor

## Contra as humilhações aos caloiros

# Estudantes combatem praxes reaccionárias

O movimento estudantil MATA (Movimento Anti “Tradição Académica”) denuncia os rituais alienantes associados à chamada Queima das Fitas e à recepção aos caloiros, que são apenas uma forma de desviar os estudantes dos problemas reais que os afligem: a degradação dos cursos e das instalações, a mercantilização e o encarecimento do ensino superior, a ausência de futuro para os diplomados.

Recentemente, na Universidade do Minho, uma jovem foi violada, depois de alcoolizada. Outro caso, ocorrido em 2002 em Santarém, foi agora a julgamento e terminou com uma sentença

inédita e exemplar. A queixosa fora “praxada” de forma abjecta: obrigada a despir-se e o corpo coberto de excrementos. Os 7 arguidos foram condenados a multas. Na sentença, o juiz declarou que os “códigos de praxe” não são legais nem legítimos, não correspondem a um “acordo tácito” entre praxista e praxado e até são, por vezes, contra a Constituição.

Os praxistas invocam a “tradição” para justificar estas práticas, no sentido que era dado à palavra no tempo do fascismo. As praxes tinham sido banidas das universidades portuguesas a partir da crise estudantil de 1962, num contexto de luta pela liberdade e



contra a guerra colonial. Este retorno, desde os anos 80, da imbecilidade reaccionária e do alcoolismo às universidades é sinal da importância que o capitalismo dá à anulação da juventude como força transformadora e impulsionadora da sociedade.

**MATA / MV**

# Maio de 68



Uns jovens interessantes, embora um tanto ou quanto estouvados, erguendo barricadas e lançando pedras à polícia em nome de ideias generosas mas completamente impraticáveis – eis como o Maio de 1968 tem sido frequentemente apresentado na avalanche de artigos e conferências que celebram os quarenta anos passados sobre o acontecimento. Muitos comentadores simpatizam com esse movimento na medida em que o consideram utópico e, portanto, inofensivo. Simpatizam mais ainda quando só vêem estudantes envolvidos, cujos protestos e desordens não punham directamente em perigo a base económica do sistema. Mas Maio de 68 não foi um movimento utópico, foi um movimento derrotado, o que é muito diferente; e mesmo durante a fase inicial, restrita ao meio estudantil, a questão da exploração dos trabalhadores foi determinante.

## Os estudantes

Maio de 68 teve um único grande tema: a recusa de uma universidade ao serviço do capitalismo. Aquela contestação é hoje geralmente apresentada como uma luta entre gerações, jovens reivindicando a libertação sexual e de costumes e pondo em causa a autoridade dos mais velhos. Mas isto vinha já a suceder na prática e desde há vários anos. Foi outro o eixo das reivindicações estudantis, o lema que inspirou as principais palavras de ordem lançadas durante a greve. Os estudantes recusavam-se a ser técnicos superiores destinados a enquadrar e disciplinar a classe trabalhadora.

O Movimento do 22 de Março, uma das organizações mais expressivas da época, composta por libertários e por maoístas espontaneístas, proclamou num panfleto de 4 de Maio: «*Nós batemo-nos [...] porque recusamos tomar-nos: - professores ao serviço da selecção no ensino, selecção feita à custa dos filhos da classe operária, - sociólogos fabricantes de slogans para as campanhas eleitorais governamentais, - psicólogos encarregados de fazer “funcionar” as “equipas de trabalhadores” segundo os interesses superiores dos patrões, - cientistas cujo trabalho de pesquisa será utilizado de acordo com os interesses exclusivos de uma economia de lucro. [...] Recusamo-nos a melhorar a universidade burguesa. Queremos transformá-la radicalmente para que de agora em diante ela forme intelectuais que lutem ao lado dos trabalhadores e não contra eles [...] Queremos que os interesses da classe operária sejam defendidos também na universidade.*».

Esta declaração tinha um valor geral e as outras correntes políticas partilhavam a mesma opinião, tanto os maoístas da União das Juventudes Comunistas Marxistas-Leninistas (UJCM-I) como

os trotskistas da Juventude Comunista Revolucionária (JCR), que seguiam a orientação de Mandel, e os trotskistas da Federação dos Estudantes Revolucionários (FER), que seguiam a orientação de Lambert. Como afirmou o *Action* n.º 1, de 7 de Maio, o jornal da insurreição estudantil: «*Aqueles que lutam contra a universidade capitalista encontraram-se lado a lado com aqueles que lutam contra a exploração capitalista.*».

**S**e havia unanimidade na rejeição de uma universidade ao serviço do capital, a divisão entre as várias correntes políticas contestatárias fez-se relativamente à questão da aliança entre estudantes e

trabalhadores “ e bastaria isto para confirmar que os problemas da classe trabalhadora foram determinantes no movimento. A FER considerava que a aliança dos estudantes com os trabalhadores se devia realizar mediante negociações entre a direcção da União Nacional dos Estudantes de França (UNEF), uma espécie de sindicato estudantil, e as direcções das várias centrais sindicais operárias. Para a FER tratava-se mais de estabelecer acordos entre burocracias sindicais do que de forjar uma comunidade de interesses nas lutas práticas. Para as outras correntes contestatárias as lutas práticas eram determinantes, mas enquanto a UJCM-I defendia que os estudantes se deviam colocar sob a condução política da classe trabalhadora, a JCR e o Movimento do 22 de Março defendiam que a convergência entre as lutas estudantis e as lutas operárias se devia fazer na rua, nos confrontos contra a polícia, e que deste modo o próprio movimento faria surgir uma vanguarda comum. Para estas duas



*Por um ensino ao serviço do povo.  
Não à universidade de classe.*

organizações não se tratava de subordinar os estudantes aos trabalhadores mas de construir uma unidade de base.

A aliança com os trabalhadores foi anunciada desde o começo da greve estudantil. As palavras de ordem da manifestação de 6 de Maio foram tanto «*Liberdade para os nossos camaradas*» e «*A Sorbonne para os estudantes*» como «*Estudantes solidários com os trabalhadores*», e na grande manifestação de 7 de Maio, avaliada em 50.000 pessoas, a faixa que encabeçava o desfile proclamava «*Os estudantes com os trabalhadores*». Entretanto, as ocupações das Faculdades eram apresentadas pelos estudantes





Alto ao desemprego



Unidade operários camponeses

radicais como a reprodução de uma forma de luta caracteristicamente operária.

Num panfleto emitido a 6 de Maio, o Movimento do 22 de Março afirmou que «os estudantes utilizam de agora em diante os métodos de luta dos sectores mais combativos da classe operária». Mais tarde, a mesma organização escreveu num apelo destinado a estimular a formação de Comitês de Acção Revolucionária: «Seguindo o caminho traçado pelos operários de Caen, de Mulhouse, de Le Mans, de Redon, da Rhodia [um grupo industrial centrado em Besançon], de Paris, os alunos das universidades e dos liceus e os trabalhadores que se manifestaram contra a repressão do Estado policial na noite de sexta-feira, 10 de Maio de 1968, lutaram na rua durante várias horas contra 10 000 polícias. [...] A 13 de Maio, estudantes e operários encontraram-se de novo na rua, iniciaram uma discussão política conjunta e, para prosseguir-la, ocuparam permanentemente as faculdades da Universidade de Paris. A partir de então multiplicaram-se as greves com ocupação das fábricas. Para que triunfem as reivindicações de todos os trabalhadores, para atingirmos realmente os nossos objectivos, para prepararmos na acção quotidiana a tomada do poder pelo proletariado, trabalhadores e estudantes, organizemo-nos nos locais de trabalho em comitês de acção revolucionária».

A data evocada neste panfleto, 13 de Maio, marcou uma ampliação decisiva do movimento, porque começou nesse dia a maior greve geral da história da França, que chegou a mobilizar entre 9 e 10 milhões de grevistas.

## A greve geral

Estava convocada para 13 de Maio uma manifestação que reuniu cerca de um milhão de pessoas, a maior realizada até então em Paris,

onde se operou a junção entre estudantes e trabalhadores. À frente ia uma faixa proclamando «Estudantes, professores, trabalhadores solidários», e o facto mais significativo é que esta faixa só pôde encabeçar o cortejo depois de várias escaramuças entre os estudantes e os dirigentes da Confederação Geral do Trabalho (CGT), a maior central sindical, hegemónizada pelo Partido Comunista, que era francamente oposto à luta estudantil e a qualquer tentativa de aproximação entre estudantes e trabalhadores.

**D**urante esta manifestação a CGT tentou enquadrar os trabalhadores e impedi-los de contactarem com os estudantes, mas não o conseguiu e os estudantes inseriram-se no cortejo operário. Estava anunciado o tema das semanas seguintes, porque enquanto durou a greve geral os estudantes tentaram repetidamente ligar-se aos trabalhadores na acção prática e os dirigentes da CGT fizeram tudo o que podiam para impedir essa convergência. Aliás, convém deixar claro que esta atitude caracterizou unicamente a CGT, porque a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), uma central sindical de origem cristã, apoiou a aliança entre trabalhadores e estudantes e no dia 20 de Maio realizou uma conferência de imprensa em conjunto com a UNEF, sublinhando que a luta dos estudantes e a dos trabalhadores era uma só.

A 16 de Maio cerca de mil estudantes dirigiram-se às grandes fábricas Renault de Billancourt, que se haviam juntado à greve, e a CGT opôs-se ao contacto dos estudantes com os operários com o curioso argumento de que «recusamos qualquer ingerência externa». A solidariedade

era apelidada de «ingerência». No dia seguinte numerosos estudantes regressaram à Renault-Billancourt, e de novo a CGT os impediu de conviver com os grevistas.

Esta obstrução não fez desistir os estudantes mais radicais, que continuaram a procurar a ligação com as empresas em luta. A Moção Política Geral aprovada na Assembleia Geral realizada na Sorbonne a 20 de Maio considerou «que o objectivo político é o derrube do regime pelos trabalhadores e que a ocupação [das Faculdades] deve ser realizada nesse quadro político; que, com efeito, o ensino só corresponderá às necessidades da população quando esta tiver realmente derrubado o poder capitalista; que não podendo a remodelação da universidade ser concebida fora deste quadro, ela não deve, por conseguinte, ser prosseguida somente pelas pessoas que aí trabalham hoje, mas pelo conjunto dos trabalhadores» e concluiu recordando que «a tarefa essencial dos estudantes é ligarem-se ao combate da classe operária contra o regime».

Nesta perspectiva, a 31 de Maio um comunicado da Coordenação dos Comitês de Acção, um organismo estudantil de base, insistiu: «A nossa força reside nas ocupações de fábrica». E a 1 de Junho um comunicado da UNEF incitou os estudantes a dirigirem-se às fábricas em greve da Renault e da Citroën.

Em 6 de Junho 4 000 polícias fortemente armados ocuparam as fábricas Renault em Flins e expulsaram os piquetes de greve. No dia seguinte numerosos estudantes mobilizados pela UJCM-I e pelo Movimento do 22 de Março foram apoiar os piquetes estacionados nas ruas e estradas de acesso às fábricas. A CGT denunciou então os bandos «organizados militarmente» que

>>



&lt;&lt;

«intervieram» em Flins, referindo-se não aos policiais mas aos estudantes, o que não impediu que naquele mesmo dia 7 de Junho, num comício em Elisabethville, junto às fábricas Renault de Flins, se consumasse a ligação dos estudantes aos trabalhadores.

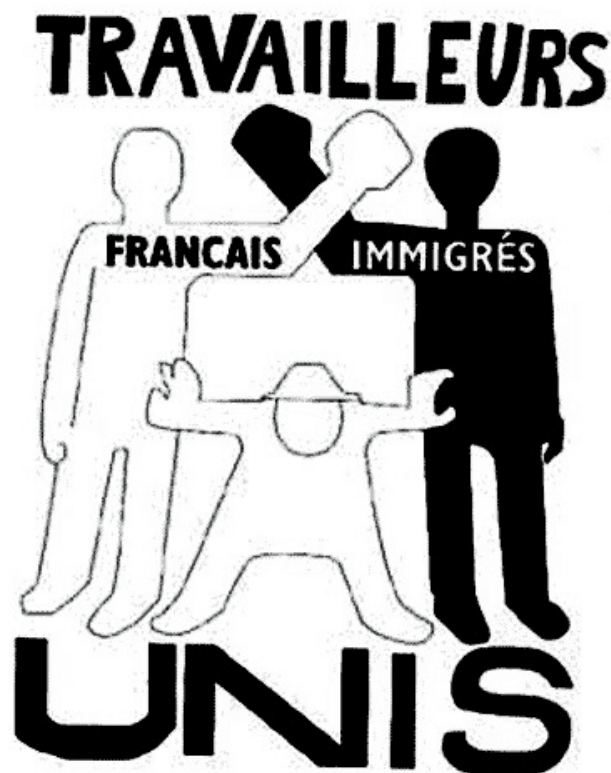
Graças à exigência dos operários, e apesar da oposição dos burocratas da CGT, dois representantes da contestação estudantil tomaram a palavra no comício, ao lado dos oradores operários. Durante quatro dias, foi junto com os estudantes que os operários resistiram às cargas da polícia, até que em 11 de Junho as autoridades se viram obrigadas a fechar as fábricas Renault de Flins.

## E depois?

Apesar dos esforços da CGT e do Partido Comunista para fraccionar a greve geral numa multiplicidade de greves particulares, desmobilizar os grevistas e convencê-los a regressar ao trabalho, a 14 de Junho havia ainda cerca de um milhão de grevistas. Nos dias 13 e 15 de Junho o governo proibiu todas as manifestações e 11 organizações de extrema-esquerda foram dissolvidas, as suas publicações proibidas e os seus militantes presos ou perseguidos.

Estabeleceu-se assim o Estado de Direito tal como vigora hoje, baseado na generalização e na institucionalização das medidas de excepção. Maio de 68 teve duas outras consequências a longo prazo. Por um lado, chamou a atenção dos trabalhadores franceses, e mesmo dos trabalhadores de outros países, para as greves com ocupação das empresas. As lutas autogestionárias foram fortemente impulsionadas por este exemplo e têm voltado a surgir sempre que existem condições concretas para levá-las a cabo. Aliás, as ocupações de empresas seja ainda a principal central sindical francesa, ela detém esta posição num país onde hoje só estão sindicalizados cerca de 8% da força de trabalho. É certo que houve militantes comunistas a participar activamente no movimento e que muitos filiados na CGT defenderam o prosseguimento da greve e pronunciaram-se a favor dos estudantes, mas não foi esta a atitude dos dirigentes nacionais de ambas as organizações. A oposição dos dirigentes comunistas franceses ao Maio de 68 condenou-os perante a esquerda anticapitalista, sem que a direita ordeira lhes agradecesse o serviço prestado.

**João Bernardo**



Trabalhadores franceses / imigrantes unidos

## A comuna de Nantes

Os artigos e conferências dedicados ao Maio de 68 concentram-se geralmente no sucedido em Paris e nos subúrbios desta cidade, mas foi noutra lugar que o movimento atingiu o auge.

O número de 5 de Junho da *Tribune du 22 mars*, o jornal do Movimento do 22 de Março, descreveu o sucedido em Nantes, uma cidade do oeste da França.

«Enquanto em Paris, e sem demasiadas esperanças, incitamos à constituição do duplo poder, quer dizer, do poder das massas, da base auto-organizando-se frente ao poder estabelecido, enquanto exigimos a autogestão, eis que esta, ou pelo menos um esboço auspicioso, existe já à escala de uma cidade, em Nantes. [...]

Um comité intersindical estabelecido na Câmara Municipal dirige praticamente a cidade. Ele assegura não só a distribuição da água, do gás e da electricidade mas também o abastecimento de todos os grossistas, em colaboração com as organizações camponesas e com algumas aldeias vizinhas. Além disso, durante vários dias este comité intersindical distribuiu, devidamente certificados, vales de gasolina e vales de alimentação. Mais ainda, o comité controla os preços na cidade, os seus delegados inspeccionam os mercados e as lojas a retalho, obrigando os comerciantes a manter os seus preços. É

isto o duplo poder. Também foram criados comités de bairro que, em colaboração com aldeias vizinhas, se ocupam do abastecimento das famílias dos grevistas, no que diz respeito aos bens essenciais. Os caponeses, sobretudo da CDJA [organização de jovens agricultores], vendem ao preço de custo, o que significa que assistimos concretamente, ainda que em escala reduzida, à supressão dos intermediários! Mas a originalidade de Nantes não se limita ao duplo poder. Há algo de surpreendente, e por isso de reconfortante. Trata-se da aliança real e concreta entre os trabalhadores, os camponeses e os estudantes, quer dizer, entre as classes revolucionárias e os estudantes revolucionários. Esta aliança ocorre sobretudo na base, os estudantes e os operários vão ajudar os camponeses nos seus trabalhos, os estudantes apoiam os piquetes de greve operários, todos agindo, na prática, de mãos dadas. Mas esta aliança ocorre igualmente ao nível das organizações. No comité intersindical estão representadas a CGT, a CFTD, a CGT-FO [central sindical de direita], a FEN [federação de sindicatos de professores], a UNEF [dirigida por anarquistas], a CDJA e a FDSEA [organização de agricultores].»  
JB

# País Basco A repressão tornada espectáculo

Anunciada no final de Maio, pelos governos espanhol e francês, com as velhas parangonas triunfais do costume, a (mais uma) prisão do “Número Um” da organização armada basca, ETA, teve um ingrediente novo: a convocação das televisões para a transmissão em directo de alguns rituais do espectáculo dito “antiterrorista”.

A detenção, perto da meia-noite de 21 de Maio, de quatro alegados militantes da organização basca, num apartamento do centro de Bordéus (sul de França), teve direito a interrupção da emissão da televisão espanhola que enviou de imediato equipas de reportagem para o local. O *live* que as forças policiais e militares espanholas e francesas vêm assegurando ao longo dos últimos anos, tem estado normalmente confiado a imagens das próprias polícias que incluem nas suas equipas de assalto agentes operadores de câmara. Das imagens assim captadas, as publicitáveis são depois distribuídas às televisões e agências que realizam o festim adequado e que a todos aproveita.

Desta vez, para as detenções de Xabier López Peña, Igor Suberbiola, Ainhoa Ozaeta y Jon Salaberria, foram convocados os próprios jornalistas. Pelas onze da manhã

seguinte às detenções os quatro activistas bascos foram levados ao apartamento, onde se depararam com o circo dos *media*. As imagens de pessoas algemadas arrastadas por polícias encapuçados, entre gritos e palavras de ordem de “Liberdade para o País Basco”, correram o circuito europeu das televisões, cuidadosamente industriadas pelos políticos do regime e pelas suas polícias, repetindo o estafado diagnóstico que há 50 anos Franco e os seus sucessores clamam: o fim próximo da ETA ou, por outras palavras, a miragem da aniquilação policial em vez da solução política.

Porta-vozes do Partido Nacionalista Basco duvidaram publicamente da relevância dos detidos no suposto organograma da ETA. Mas isso é irrelevante. O grande feito no apartamento de Bordéus parece ser a nova etapa aberta na tecnologia da opressão por



franceses e espanhóis: a rentabilização espectacular das suas maquinarias repressivas. Ao júbilo pueril dos ministros de circunstância e aos polícias encapuçados somam-se os repórteres de plantão. Com o Estado de direito (presunção de inocência, salva-

guarda da privacidade dos detidos e arguidos, etc., etc.) dando lugar às velhas cenas do Estado de Direita, o tal que se não vence o que chama “terrorismo” ameaça, pelo menos, vencer o que chama “democracia”.

**Rui Pereira**

## Guerra imperialista na Internet

Em Abril de 2007 o governo da Estónia decidiu remover para um lugar esconso uma estátua em homenagem aos soldados soviéticos que haviam libertado o país da ocupação nazi, durante a segunda guerra mundial. Argumentava o governo estónio que o exército vermelho conquistara o país em vez de o ter libertado. Esta atitude talvez seja compreensível se soubermos que a Estónia foi o único país da Europa de Leste onde os nazis se comportaram de maneira relativamente moderada. Alfred Rosenberg, o principal ideólogo do nazismo, nomeado em Abril de 1941 comissário para o Controlo Central das Questões Relativas às Regiões do Leste Europeu e elevado em Julho a ministro dos Territórios Ocupados de Leste, era natural da Estónia e considerava que mais de metade dos seus compatriotas tinha «sangue nórdico» e não estava contaminada pelo «sangue eslavo», tido como sub-humano. Nestas condições não espanta que os nazis tivessem sido bem acolhidos

pelas camadas mais reacionárias da população da Estónia, que pelos vistos ainda hoje sentem saudades daquela época.

A indignação pela remoção da estátua foi grande entre os próprios estónios, gerando manifestações e confrontos de que resultaram um morto e mais de centena e meia de feridos, além de cerca de um milhar de presos. Ao mesmo tempo, os *sites* governamentais estónios foram alvo de um número tão grande de mensagens de protesto que deixaram de ficar operacionais, enquanto outras acções impossibilitaram a própria internet de funcionar. Segundo especialistas ocidentais, uma parte destes ataques teria sido conduzida por orientação do governo russo, mas outra parte devera-se a cidadãos comuns espalhados pelo mundo, que haviam ficado indignados com a decisão do governo da Estónia. Foi a primeira vez que acções exteriores paralisaram o funcionamento da internet em todo um país e a NATO ficou muito alarmada,

enviando alguns peritos para a Estónia com o objectivo de estudarem o que se estava a passar.

De então em diante, através de artigos de jornal e de conferências, os governos ocidentais começaram a divulgar a ideia de que este tipo de actuações devia ser considerado como uma operação de guerra. Invocando precisamente o que acabara de se passar na Estónia, o general Douglas Lute declarou à comissão para as Forças Armadas do Senado dos Estados Unidos que «a Al-Qaeda é o principal inimigo dos Estados Unidos no Iraque», um inimigo «que está protegido na internet, uma área intangível onde não tem sido atacado». Por isso, defendeu o general Lute, «é indispensável levar a guerra a esses santuários virtuais e impedir o inimigo de actuar com impunidade». Ao mesmo tempo, alguns órgãos de informação começaram a afirmar que o governo chinês dispõe de tecnologia apta a imobilizar o funcionamento da internet nos Estados Unidos e,

portanto, a impedir que o Pentágono coordene as acções militares em caso de guerra.

Na sequência desta progressão, o Pentágono decidiu dotar-se de uma unidade especializada capaz de destruir subitamente todos os *sites* da internet dos seus adversários em caso de conflito. A «guerra das redes» (*Network Warfare*) está dependente da Força Aérea estadunidense e é dirigida pelo general Keith B. Alexander, o patrão da NSA (Agência Nacional de Segurança). A 67.ª Brigada de guerra das redes já dispõe de mais de 8.000 homens, comandados pelo coronel Joseph Pridotkas. Um dos seus esquadrões será equipado, até Outubro, com potentes robots com capacidade para destruir milhares de *sites* de uma só vez. É uma aplicação ao ciberespaço do conceito do «tapete de bombas», referiu o coronel Charles W. Williamson no último número do *Armed Forces Journal*. Adaptado de *VoltaireNet*  
**João Bernardo**

# Nepal Dez anos de guerra popular ditam o fim do regime feudal

Comunistas ganharam nas urnas porque ganharam na luta armada

O Partido Comunista do Nepal (maoísta) venceu as eleições gerais realizadas em 10 de Abril com mais votos do que todos os demais partidos juntos. Tido como “surpreendente” pela maioria da imprensa, o resultado, pelo contrário, vem na lógica do apoio dado pela população nepalesa à guerrilha conduzida durante dez anos pelo partido e ao seu programa de abolição do regime monárquico feudal com mais de duzentos anos.

O Nepal, que a publicidade turística recomenda como um “destino de sonho”, é dos mais pobres do mundo e os seus quase 30 milhões de pessoas viveram até agora sob um regime social anacrónico. Contra esse regime, liderado pelo rei Gyanendra, o PCN-M conduziu, de 1996 a 2006, uma luta armada com um programa claro: abolição da monarquia e do feudalismo, supressão dos latifúndios, instauração de um regime democrático. Cerca de 80% do território do país foi libertado do domínio do Estado; novas formas de organização social foram ensaiadas pelas populações, na maioria camponesas. A guerra popular desfez, à custa de 13 mil mortos, as estruturas feudais nos campos e socavou a base do regime.

Isolada nas áreas rurais e atacada na própria capital, Catmandu, por protestos massivos (que reprimia a tiro), a monarquia aceitou, em final de 2006, um acordo para pôr fim à guerra civil. O PCN-M entrou numa coligação governamental a troco de eleições para uma assembleia constituinte que poria termo ao

regime monárquico. Guerrilha e forças do exército recolheram aos respectivos quartéis sob fiscalização da ONU. A violação do acordo pelo regime fez o PCN-M sair da coligação e dispor-se a retomar a luta armada, uma vez que tinha mantido intactas as suas forças.

Em novo acordo firmado em Dezembro de 2007, o PCN-M impõe condições mais drásticas: aceitação imediata do fim da monarquia por todos os partidos, abdicação do rei, designação do país como uma república federal democrática – decisões que serão ratificadas pela assembleia constituinte que acabou de ser eleita em 10 de Abril de 2008.

Precisamente porque nada tem a ver com as “revoluções de veludo” (como no leste europeu), nem com as “transições democráticas” (como na Indonésia ou na Tailândia), promovidas, ou amparadas, e financiadas pelos países

imperialistas, a revolução nepalesa contou com a oposição dos EUA e da vizinha Índia que conspiraram quanto puderam para evitar a mudança. Mas o processo, apoiado na população trabalhadora, foi imparável.

E porque foi imparável mostra-se também contagiante: no vizinho Butão, um pequeno reino em tudo semelhante ao Nepal, antes mesmo das eleições nepalesas, foi eleita uma assembleia nacional que tem por missão promover a “transição pacífica” da monarquia absoluta para uma monarquia constitucional. O processo – que se poderia chamar *efeito Nepal* – foi desencadeado em final de 2006 pelo próprio rei, que abdicou a favor do filho, e significa que o regime do Butão põe as barbas de molho, seguindo a máxima de que é preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma.

Manuel Raposo



## 2 500 menores presos pelos EUA no Iraque

Em Fevereiro chamei a atenção, na versão electrónica do Mudar de Vida, para o caso de um detido de Guantánamo, Omar Khadr, aprisionado pelos norte-americanos no Afeganistão quando tinha 15 anos de idade. Podemos agora ver que se trata de uma prática generalizada.

Segundo um relatório enviado em Maio pelo governo dos Estados Unidos ao Comité da ONU para os Direitos das Crianças, desde 2002 já foram presos pelas forças armadas norte-americanas no Iraque 2 500 menores de 18 anos, em alguns casos por períodos superiores a um ano. Este relatório informa que actualmente as forças dos Estados Unidos têm detidos no Iraque cerca de 500 menores, enquanto cerca de uma dezena está numa base no Afeganistão. Todos estes jovens foram acusados de participar em actividades de resistência à ocupação do seu país, incluindo acções de recolha de informação. É curioso considerar que foi precisamente esta a origem dos Escuteiros, organizados por um oficial britânico durante a guerra contra os Boers na África do Sul (no final do século XIX e começo do século XX) para escutarem o que se passava nas fileiras inimigas. Mas é sabido que os pesos e as medidas variam consoante o lado que os usa.

Talvez como desculpa, o relatório oficial norte-americano argumenta que «a idade exacta destes indiví-duos é incerta, porque a maior parte não sabe a data do seu nascimento ou mesmo o ano em que nasceram». Entretanto, a directora executiva da ONG International Justice Network declarou-se indignada pelo facto de os jovens estarem detidos em prisões de adultos, como se a inauguração de prisões especiais para jovens insurrectos pusesse tudo no devido lugar.

João Bernardo

## Greve na British Petroleum: um «dia triste»?

Em protesto contra as alterações introduzidas no sistema de reformas, cerca de 1.200 trabalhadores da única refinaria de petróleo da Escócia iniciaram a 27 de Abril uma greve de 48 horas, que obrigou a British Petroleum (BP) a fechar o oleoduto por onde passa 30% da produção diária de petróleo no Mar do Norte. Tratou-se da primeira paralisação de uma refinaria

britânica em mais de 70 anos. Os proprietários de algumas bombas de gasolina declararam que a Escócia estava a ficar sem combustível, enquanto outros introduziram medidas de racionamento ou aumentaram os preços. Entretanto, fornecimentos suplementares começaram a ser enviados da Europa continental. Segundo o principal órgão da indústria, Oil and Gas UK, esta

greve de dois dias poderá custar ao Reino Unido 100 milhões de libras.

Note-se que o porta-voz do sindicato confirmou a disposição de reatar as discussões com a administração e tanto a administração como os dirigentes sindicais concordaram que se tinha tratado de «um dia triste» para a refinaria.

João Bernardo

## BREVES

## Computadores de esquerda e de direita

Agências noticiosas dos EUA e britânicas deram grande destaque às declarações do director-geral da Interpol, que teria confirmado a existência de laços secretos entre o presidente venezuelano Hugo Chávez e a guerrilha colombiana (FARC).

Mas a Interpol diz exactamente o contrário: o computador com as supostas “provas”, apreendido a um dirigente das FARC, foi manipulado pelo exército colombiano, tendo sido impossível autenticar os documentos que as autoridades colombianas diziam lá ter encontrado.

Em contrapartida, um paramilitar colombiano foi extraditado da Colômbia para os EUA, e o seu testemunho silenciado. Razão: o seu computador tinha provas, essas sim autenticadas, de assassinatos, fraudes eleitorais, compra de deputados e de governadores; e continha dados sobre a implicação do presidente colombiano Álvaro Uribe, aliado dos EUA, nas acções dos paramilitares.

(MV / VoltaireNet)

## Os Bush e o nazismo

Há décadas que circulam rumores acerca de laços entre a família presidencial dos EUA e a máquina de guerra nazi. Agora o jornal britânico *The Guardian* revela como os processos baseados na Lei (estadunidense) dos Negócios com o Inimigo ainda se fazem sentir no presidente actual. O avô de George W. Bush, o antigo senador Prescott Bush, foi presidente e accionista de empresas que fizeram lucros com os apoiantes financeiros da Alemanha nazi. O *Guardian* obteve, por meio de dossiês recentemente revelados nos Arquivos Nacionais dos EUA, a confirmação de que uma empresa dirigida por Prescott Bush esteve relacionada com os arquitectos financeiros do nazismo.

# Bolívia Direita conspira contra o governo de Evo Morales

As forças da direita boliviana – empresários, banqueiros e grandes proprietários – movem contra o regime do presidente Evo Morales uma acção subversiva que procura travar o processo de nacionalizações e de reformas populares. Esta oligarquia, com o apoio dos EUA, reclama a autonomia em quatro das nove províncias (departamentos) do país, não por acaso as mais ricas.

No departamento de Santa Cruz realizou-se no dia 4 de Maio um referendo, inconstitucional, para ratificar a autonomia, antes aprovada na assembleia do departamento. Mais três departamentos, Tarija, Beni e Pando, pretendem fazer o mesmo em Junho.

Esta iniciativa procura antecipar-se ao referendo nacional sobre a nova constituição do país. A oligarquia boliviana procura assim ganhar localmente o que não consegue obter em escrutínio nacional, dado o forte apoio da população mais pobre à política de Evo Morales.

O objectivo dos autonomistas é retirar poderes ao governo central, nomeadamente criando nos departamentos estruturas de polícia próprias e arrecadando largas parcelas das taxas aplicadas ao petróleo e gás natural com as quais Morales tem financiado projectos de apoio às populações pobres. Os autonomistas colocam assim em causa a repartição dos rendimentos nacionais de acordo com as necessidades das diversas regiões do país, cujos recursos são desiguais. Os grandes proprietários, que detiveram o poder durante 185



## Conspiração para dividir o país denunciada num abaixo-assinado internacional

anos, desde a independência do país, nunca se preocuparam com a autonomia como agora. As razões estão na subida ao poder de um presidente indígena largamente apoiado pelos pobres. E à medida que as decisões do governo central lhes vão sendo desfavoráveis – em 1 de Maio Morales decretou a nacionalização da Empresa Nacional de Telecomunicações e anunciou a compra à Repsol de 51% da companhia petrolífera Andina – vai crescendo a conspiração.

Evo Morales apontou explicitamente o envolvimento da embaixada dos EUA, acusando-a de estar a organizar o processo de divisão da Bolívia. É esta mesma conspiração que um vasto grupo de personalidades e activistas de várias nacionalidades – entre as quais Adolfo Pérez Esquivel (Argentina); Rigoberta Menchú (Guatemala); Noam Chomsky (EUA); Oscar Niemeyer (Brasil); Eduardo Galeano (Uruguai); Ignacio Ramonet (Espanha/França); Elena Poniatowska (México); Frei Betto (Brasil); Ernesto Cardenal (Nicarágua); Ramsey Clark (EUA) e centenas de outros – denuncia num abaixo assinado que circula na internet (ver cabohorquez@gmail.com ou yamp@min.cult.cu).

Manuel Raposo

## Um país onde ninguém consegue esconder a luta de classes

A Bolívia é considerada o país mais pobre da América do Sul. É também um dos menores. Já foi maior, tempos atrás, antes da guerra que travou contra o Chile, que lhe levou a ligação com o mar. O Brasil também levou uma grande parte do território do vizinho. Porém, o que mais impressiona na Bolívia não é o seu tamanho, mas a sua história de seguidos golpes de Estado, a grande maioria realizada pelas elites das classes dominantes. O boliviano, portanto, é um povo acostumado a lidar com a reacção. Avança nas suas lutas e recebe em troca

massacres. Foi assim na chegada dos colonizadores; foi assim também na “Guerra do Gás”, em La Paz, e na “Guerra da Água”, em Cochabamba, ambos os movimentos já neste século. E desta forma os trabalhadores da Bolívia somam conhecimentos sobre a organização das suas lutas como poucos neste planeta, assim como as classes dominantes locais também aprenderam como reagir. Neste lugar no meio da América do Sul, ninguém consegue esconder a luta de classes.

Daniel Caribé

## Também no Japão

Um terço dos japoneses vive de trabalho precário

Terminada a segunda guerra mundial, o Japão, ocupado pelos vencedores norte-americanos, era um país em escombros e onde as forças políticas de esquerda tinham peso e existiam sindicatos combativos.

Para reforçar os sindicatos reformistas e evitar o perigo revolucionário instituiu-se o hábito de proceder a negociações anuais entre os sindicatos e as maiores empresas, em que se estabeleciam os aumentos salariais, tomados depois em consideração pelas restantes firmas. Estas negociações anuais, juntamente com o emprego vitalício garantido a numerosos trabalhadores e as promoções por tempo de serviço, constituíam a base do pacto social em que assentou a considerável estabilidade daquele país. Porém, como sucedeu em todo o mundo, as grandes empresas pas-

saram a recorrer à subcontratação e à transferência de actividades para pequenas firmas ou para indivíduos, com a consequente precarização do trabalho. Hoje 1/3 dos trabalhadores japoneses são temporários ou laboram em regime de *part-time*. E à medida que os detentores de empregos vitalícios morrem ou se vão reformando, as empresas recorrem a trabalhadores precários. Nesta conjuntura de fragmentação da força de trabalho os sindicatos passaram a proceder a reivindicações muitíssimo modestas e desde o começo da década de 1990 os salários têm-se mantido estagnantes, a ponto de o actual primeiro-ministro e até uma importante organização patronal conhecida pelo seu conservadorismo terem apelado para que as empresas paguem melhor aos trabalhadores.



Todavia, o principal jornal económico japonês recordou aos leitores que os salários no país são dez vezes superiores aos praticados na China, o que é uma forma não muito subtil de dizer que, se os trabalhadores não estiverem sossegados, as transnacionais com sede no Japão farão ainda mais investimentos no outro lado do mar. E assim os sindicatos, nas negociações decorridas este ano, praticamente prescindiram de exigir o aumento do salário mensal de base e em vez disso tentaram reduzir a diferença "que em alguns casos atinge 40%" entre a remuneração dos trabalhadores estáveis e a dos precários.

**João Bernardo**

## Brasil Gangsterismo nos sindicatos dos transportes

Em quase todo o Brasil os motoristas e os cobradores de autocarro trabalham, para além da tradicional jornada de 8 horas, muito tempo extra, chegando a 16 ou até em casos extremos 20 horas diárias. Várias empresas de autocarro instalam colchões onde os trabalhadores dormem. E tudo por um salário mensal equivalente, no máximo, a 330 euros. A maior parte dos sindicatos deste sector nada faz pelos trabalhadores; em vez disso associam-se aos patrões e desmobilizam as greves.

Neste momento está a decorrer uma suposta greve que na verdade é um boicote patronal, um *lock-out*. Não é raro que os trabalhadores que se insurgem contra este estado de coisas sejam espancados ou mesmo assassinados. Numa determinada região já se contam 14 mortos. Trata-se de um duro desafio para a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a central sindical de esquerda que organiza várias oposições sindicais de motoristas no Brasil. Vejamos um caso recente.

Na manhã de 12 de Maio o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Urbanos de Diadema (nos arredores imediatos de São Paulo), uma

organização combativa filiada na Conlutas, teve a sua sede invadida e destruída por gangsters ligados à Força Sindical, uma central sindical de direita. Pouco antes um dos dirigentes do sindicato fora ameaçado telefonicamente de que a sede seria destruída e de que seriam assassinados os membros da direcção caso insistissem em prosseguir a sua actividade. Em seguida, e graças a um artil montado por alguns *motoboy*s [estafetas] que envergavam a *t-shirt* do Sindicato dos Motoboy's de São Paulo, aderente à Força Sindical, cerca de 30 homens armados invadiram a sede do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Urbanos, partindo computadores e mobiliário e agredindo os dirigentes do sindicato. Os invasores fugiram logo que perceberam a chegada da polícia.

Mais tarde identificou-se a origem da chamada telefónica. Ela provinha da empresa Viação Imigrantes, cuja base sindical estivera até 2002 sob a direcção de um sindicato filiado na Central Única dos Trabalhadores (CUT, ligada ao Partido dos Trabalhadores do presidente Lula). Nessa época a CUT e a Força Sindical, de acordo com a empresa,

transferiram a base da Viação Imigrantes para outro sindicato, ligado à Força Sindical, embora em termos legais esta entidade não representasse a cidade de Diadema. A partir daquela mudança, os funcionários perderam inúmeros direitos, além de terem sofrido uma considerável diminuição de salários. A remuneração dos motoristas, por exemplo, caiu de 1300 reais para 500 (de 520 euros para 200) e a dos cobradores caiu de 700 reais para 320 (280 euros para 130). Registam-se ainda casos de assédio sexual, sem que as funcionárias os possam denunciar, pois seriam demitidas.

Perante esta situação, em Março de 2008, com o apoio de trabalhadores de base e da Associação dos Trabalhadores em Transportes do Estado de São Paulo, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes, Anexos, Autónomos, Aposentados e Pensionistas de Diadema, ligado à Conlutas. Como este novo organismo denuncia o conluio entre a empresa Viação Imigrantes e o sindicato ligado à Força Sindical, o motivo daquela manobra de intimidação não é misterioso.

**MV / Conlutas**

### BREVES

#### Preso por interpelado o general

A activista estadunidense Toby Blome, do movimento Code Pink, foi presa por ter interpelado o general Petraeus durante uma audiência no Senado para o nomear como chefe do Comando Central. Toby, na assistência, desafiou o general a pôr termo imediato à guerra e à ocupação do Iraque. Por esta atitude, é julgada dia 23 no Tribunal Superior de Washington. Toby Blome já fora a julgamento, em finais de 2006, devido a um protesto em frente à residência do ex-secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, mas perante uma não-decisão do júri o governo não prosseguiu com a acusação. Os activistas antiguerra na capital dos EUA mobilizam-se para apoiarem Toby no seu novo julgamento. (*Indymedia*)

#### Mais um docente iraquiano assassinado

Segundo informação dada à CEOSI (Campanha Estatal contra a Ocupação e pela Soberania do Iraque, Espanha) por fontes universitárias iraquianas, o cadáver de Taha Abdul Razak, professor de Estudos Islâmicos da Universidade de Tikrit, foi encontrado em 15 de Maio num veículo abandonado num subúrbio de Bagdade, juntamente com o do xeque Mahmud Talb Latif Al-Jumaily, membro da Comissão de Cientistas Muçulmanos. Com este novo caso, o número de professores universitários iraquianos assassinados desde o início da ocupação do Iraque eleva-se a 284. A CEOSI, que promove em Espanha acções equivalentes à do Tribunal-Iraque em Portugal, faz a identificação sistemática dos assassinatos cometidos desde 2003, por comandos organizados pelos EUA. A lista pode ser consultada em [www.nodo50.org/iraq](http://www.nodo50.org/iraq)

## Tele Visões

## Há números e números

Um anúncio de champô diz que faz os cabelos 90% mais lisos. Outro que põe os caracóis 40% mais firmes. Dou por mim a pensar o que são cabelos 90% mais lisos ou 40% mais firmes; ou 89% ou 41%.

Outro anúncio: uma conta bancária a crescer 12% como a do Cristiano Ronaldo. Certo, 12%, mas comparo a maquia dele e a minha, ou a dos meus vizinhos, e sinto-me gozado. Outro caso: as contas do Estado. Tanto o engenheiro Sócrates como a doutora Ferreira Leite (veja-a agora todos os dias por aí, de novo em campanha...) encostaram-nos à parede com os números. Que o país não podia viver acima das posses. Que o governo tinha de pôr mão nisto. No fim, o país eram só os tipos como eu, que ficámos com a vida mais negra.

Dumas coisas tiro outras, e vejo que há números que funcionam ao contrário. Os combustíveis sobem e atrás vão transportes, comida, electricidade, gás. Mas aí já o governo diz (veio o Teixeira dos Santos dar-nos o sermão) que não deve meter o nariz. Que é o mercado a funcionar e tudo irá ao sítio. Vai ao sítio, sim: nós pagamos mais, os intermediários sacam o deles, o Estado arrecada mais impostos e a Galp aumenta os lucros. O resultado final é igual ao das contas do Estado - pagamos nós. Outro número que para o governo - governo, patrões, economistas, jornalistas...- funciona ao contrário é o da pobreza. Sim senhor, estão todos muito condoídos com os 20% de pobres. Até os candidatos do PSD fazem disso cavalo de batalha (querem cativar os pobres... de espírito). Mas algum está disposto a ir aos lucros da Galp, do Belmiro, ou do BES, ou aos ordenadões dos gestores, ou aos submarinos do Portas? Estão? Não estão nada. Todos usam os números para nos levarem. Mas de tanto jogarem com a nossa ignorância, acabam, mesmo sem querer, por nos abrir os olhos. É só começarmos a fazer nós as contas.

Eugénio Silva

## Sempre de nós

Novo disco de Camané *Sempre de Mim* já é disco de ouro

Saiu recentemente o CD de fados de Camané, *Sempre de Mim*. Neste novo trabalho, o fadista, dirigido por José Mário Branco, continua na linha de renovação do fado, conservando, no entanto, a sua raiz popular através de fados tradicionais (Fado Carriche, Fado Britinho, Fado Cuf, Fado Menor, Fado Licas, etc). O reportório mantém um elevado nível poético: Fernando Pessoa,

David Mourão-Ferreira, Pedro Homem de Melo, Luís de Macedo, e a voz – espantosa – aparece-nos no seu máximo esplendor, de musicalidade e de emoção. É o que de melhor existe no nosso imaginário colectivo. Fazendo reviver as raízes populares do fado, Camané vai à procura de algo mais; que é o que todos nós, por diversos caminhos, também procuramos. **Manuel Monteiro**



## Uma visita guiada aos infernos

*A História da PIDE*, Livro de Irene Flunser Pimentel, ed. Círculo de Leitores

Para quem viveu durante o regime salazarista, o livro de Irene Pimentel é uma espécie de descida aos infernos. A anatomia de um pesadelo. A autora, aliás, refere-o discretamente na interessante introdução explicativa. O que é, o que pode ser, fazer a história dos pides quando se viveu sob o seu império obscuro e omnipresente, mesmo sendo-se historiador e sabendo manejar as ferramentas da ciência histórica? *A História da PIDE* é um livro cheio de informações importantes e bastante bem organizadas. E, aos poucos, à medida que se lê, vai-se instalando no leitor um mal-estar que para o fim se torna insuportável. O eixo do livro, respeitando uma realidade indiscutível do longo período que abarca (1945-1974), é a luta entre a PIDE (elemento aglutinador das várias componentes do regime – partido único, Legião Portuguesa, PSP, GNR, Judiciária, forças armadas e Igreja Católica) e o PCP, a única força consequente e permanente de resistência activa e organizada em todo o país, também ela aglutinadora das oposições a Salazar. Uma luta que, não fora a gravidade do combate travado e os sofrimentos dele decorrentes, parece um jogo do gato e do rato. Há algumas histórias mal explicadas e, em relação a episódios mais obscuros, fica-se com um sabor a coisa jornalística. Não se percebe o critério que levou a autora a nomear alguns

informadores da PIDE, e outros não. Uma vasta rede (nos primeiros meses de Abril, falava-se de dezenas de milhares) que sempre tem sido objecto de uma discrição acatadelíssima. Uma pequena nota de protesto contra gralhas, erros gramaticais e repetições que, não sendo da responsabilidade da autora, seriam evitáveis se a editora tivesse assegurado uma revisão cabal, como é sua obrigação. Mas vale a pena ler este livro. Para dar sentido à perda de tantas vidas e compreender a



face sombria da resistência clandestina, com os seus heróis, as suas fraquezas, as suas rotinas. Para que "não se apague a memória". Para que não volte a acontecer.

**José Mário Branco**

## Mercadoria

Nestas eras de sonhos mortos,  
só quimeras enlatadas  
animam parcialmente  
espíritos duvidosos e  
vazios, produtos.  
Todos são cada vez menos,  
mas as marcas ainda são as mesmas...  
O tempo inexistente em ócio,  
a carne é sabor angústia,  
o carrasco é o ponteiro do relógio  
e há recreio de bília,  
que mais ácidas,  
derretem até a lógica.  
E quando, iluminado pela lâmpada de Mercúrio,  
encontro o meu cansado reflexo  
em espelho sujo,  
espumando saliva fria,  
reclamo o rótulo  
que me falta,  
consumindo-me grátis,  
mercadoria.

Rafael Puertas de Miranda

Cinco anos de ocupação do Iraque

## Tribunal de opinião condena a cumplicidade das autoridades portuguesas com os EUA

Passados 5 anos sobre a invasão desencadeada pela coligação liderada pelos EUA – e acertada a repartição dos proveitos da guerra na Cimeira das Lajes – o Iraque continua ocupado, os crimes dos agressores continuam impunes, as organizações encarregadas de aplicar o direito internacional continuam inoperantes. E continua por revogar a política de colaboração dos governos portugueses, iniciada por Durão Barroso/Paulo Portas e prosseguida por Santana Lopes e José Sócrates.

Porque no Iraque está em jogo a liberdade dos iraquianos mas também o futuro dos outros povos do mundo, a Audiência Portuguesa do Tribunal Mundial sobre o Iraque (AP-TMI) reuniu em 2.ª sessão, na Casa do Alentejo em Lisboa, na noite de 18 de Abril.

Uma semana antes, a AP-TMI produziu quatro concertos, em Braga, Coimbra, Lisboa e Torres Novas, de solidariedade com o Médio-Oriente. Os artistas portugueses Camané, Clá, João Lóio, João Pedro Pais, Jorge Palma, José Mário Branco, Luís Represas e Paulo de Carvalho com Vítor Zamora estiveram em palco com os músicos iraquianos Wesam Ayub e Ehad Al-Azzawy e o palestino Marwan Abado.

Tal como na 1.ª Audiência (Lisboa, Março 2005), perante o público e cerca de 50 jurados, procedeu-se à avaliação dos 5 anos de ocupação sob a forma de uma Acusação que sublinhou as violações do direito, os crimes cometidos pelos ocupantes, a onda de restrição das garantias individuais que irradia dos EUA a pretexto da luta «antiterrorista», as prisões secretas e os voos da CIA e a resistência iraquiana. A sua formulação voltou a estar a cargo do Dr Eduardo Maia Costa, magistrado, juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Seguiram-se os testemunhos da iraquiana Eman Khamas, sobre a situação no Iraque; de Dr Carlos Varea, coordenador do CEOSI (Campanha de Estado contra a Ocupação e pela Soberania do Iraque, Espanha), sobre as necessidades de apoio humanitário e as iniciativas da CEOSI; e da AP-TMI, sobre o envolvimento das autoridades portuguesas. A resolução final dos jurados reiterou a condenação da cumplicidade, activa ou passiva, das autoridades portuguesas nos crimes que foram e estão a ser cometidos e exigiu a «explícita e frontal demarcação da política seguida



pelos EUA no Iraque, recusando a utilização da base das Lajes para fins de manutenção da ocupação do Iraque»; «a colaboração plena na investigação dos chamados “voos da CIA” que cruzaram o espaço aéreo português ou que fizeram escala em Portugal» e a garantia efectiva do «direito de asilo aos iraquianos vítimas da ocupação.»

A resolução, tal como a de 2005, volta a exigir a retirada de todos os ocupantes do Iraque, reconhecendo ao povo iraquiano o direito a resistir e a escolher livremente o seu futuro.

**Cristina Meneses**

## Pauzinho na eng<sup>R</sup>enagem

Manuel da Palma

A fome está a aumentar por causa da especulação nos preços dos alimentos.

O problema é o apetite do capitalismo. Come, come e nunca se consegue saciar!



## Embaixador dos EUA em defesa do governo

Um dia depois de o governo português ter reconhecido a existência de voos de ou para a base de Guantánamo que passaram por Portugal (ate aqui firmemente negados), o embaixador dos EUA saiu em defesa de Sócrates.

Dois anos após a denúncia de voos ilegais da CIA, o governo comunica o que já todos sabíamos mas não explica por que razões os aviões não foram fiscalizados. A

classificação dos voos como militares tem servido de argumento ao Governo para justificar o desconhecimento do que transportavam e de qual era a sua missão. De que vale

agora a palavra do reconhecido jurista Freitas do Amaral que, em Dezembro de 2005 (então ministro dos Negócios Estrangeiros), garantiu a necessidade de uma autorização para a passagem de qualquer voo, militar inclusive, pelo espaço aéreo português, a ser concedida só depois de conhecida a «carga» transportada?

Em depoimento à Lusa, o embaixador Thomas F. Stephenson considera «não haver nada de novo» na informação relativa a estes voos e que ele também «não sabe» quem ia a bordo dos aviões. O diplomata reiterou a concordância da sua posição com a do governo português (ou seria o contrário?) e garantiu que não existe da parte deste «qualquer conviência» com o alegado transporte de presos para interrogatório. Com esta defesa do próprio representante do governo dos EUA em Portugal porquê insistimos em querer saber toda a verdade?

**Cristina Meneses**

## DITO

O argumento dos crimes que uma revolução implica esquece sempre os que se cometiam em silêncio antes da revolução

Stendhal  
Escritor francês (1783-1842)